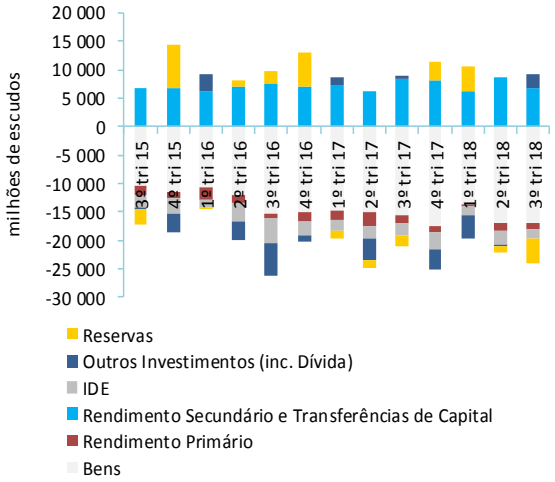
NOTA INFORMATIVA SECTOR EXTERNO

Balança de Pagamentos

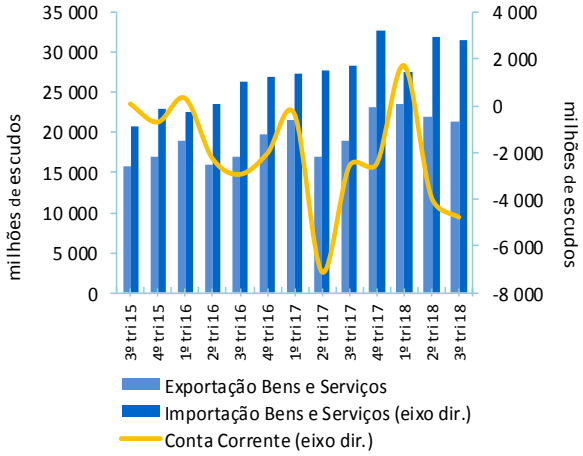
As contas externas apresentam, em termos homólogos, uma evolução desfavorável no terceiro trimestre 2018.

As reservas internacionais líquidas do país registaram um decréscimo de 4.236,2 milhões de escudos no terceiro trimestre, que compara ao decréscimo de 2.001,8 milhões registado em período homólogo. A redução de reservas externas foi explicada pela expressiva diminuição de influxos financeiros (em termos líquidos na ordem dos 2.411,3 milhões de escudos), associado ao aumento do défice da balança corrente em 2.190,1 milhões de escudos.



Balanças Corrente e de Capital

A balança corrente registou um défice de 4.751,9 milhões de escudos no terceiro trimestre de 2018, determinado pelo aumento do défice da balança de bens, em oito por cento em termos homólogos, e pela diminuição do excedente do rendimento secundário, em 17 por cento. De salientar, entretanto, o aumento do excedente da balança de serviços, em seis por cento, e a redução do défice da balança de rendimento primário, em oito por cento.



Bens

O défice da balança de bens fixou-se em 16.866,2 milhões de escudos (15.650,2 milhões de escudos no terceiro trimestre de 2017), traduzindo o crescimento homólogo das importações de mercadorias na ordem dos 18 por cento. O aumento das importações de mercadorias foi determinado, sobretudo, pela procura de bens de consumo (seis por cento), pelo aumento dos preços dos combustíveis (43 por cento) e pelo aumento da procura de bens de capital (em um por cento). As exportações de bens, por seu turno, cresceram cerca de 60 por cento.

Importação de Mercadorias por Categorias de Bens
(variação homóloga em percentagem)

	3º trimestre/17			3º trimestre/18		
	Δ valor	Δ volume	Δ preços	Δ valor	Δ volume	Δ preços
Bens de Consumo	4,5	21,2	-13,7	10,9	8,5	2,2
Bens Intermédios	-10,5	0,4	-10,8	7,0	0,3	6,7
Bens de Capital	18,7	-12,3	35,3	-19,1	0,6	-19,6
Combustíveis	11,2	7,2	3,7	33,4	-6,4	42,6
Outros	-21,8	-17,9	-4,7	27,1	46,5	-13,2
Total	-0,4	4,9	-20,8	14,0	3,2	6,3

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas. Cálculos Banco de Cabo Verde.

Serviços

A evolução positiva da balança de serviços, cujo excedente fixou-se em 6.611,2 milhões de escudos no trimestre (6.257,4 milhões de escudos no terceiro trimestre de 2017), resultou do aumento das exportações dos serviços dos transportes aéreos (64 por cento), que mais que compensou a diminuição das exportações de viagens de turismo, em quatro por cento, e dos serviços de comunicação, em 25 por cento.

Exportação de Serviços (em milhões de escudos)

	3º tri 17	4º tri 17	1º tri 18	2º tri 18	3º tri 18	3ºT t.v.h (%)
Transporte	1 865,3	2 178,8	2 514,1	2 986,9	2 922,2	56,7
Transporte Aéreo	1 688,8	1 929,4	2 340,4	2 686,3	2 775,7	64,4
Viagens	10 258,8	11 856,8	12 756,4	9 845,0	9 976,9	-2,7
Turismo	9 813,1	11 333,1	12 193,9	9 426,8	9 427,9	-3,9
Serviços de Comunicação	625,3	936,4	399,3	440,0	470,9	-24,7
Outros Serviços	2 280,5	2 329,9	1 778,6	2 443,7	1 694,7	-25,7
Total	15 029,8	17 301,9	17 448,5	15 715,5	15 064,7	0,2

Fonte: Banco de Cabo Verde.
t.v.h (%): taxa de variação homóloga

Remessas de Emigrantes

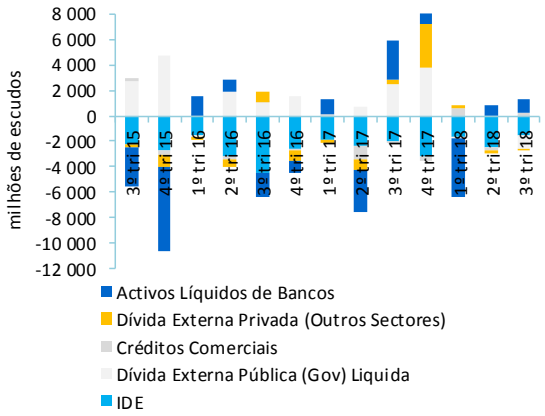
As remessas de emigrantes correntes e de capital aumentaram seis por cento em termos homólogos, devido, sobretudo, ao aumento das remessas correntes em divisas provenientes dos Estados Unidos (23 por cento), da Alemanha (34 por cento), da Espanha (22 por cento), não obstante a diminuição das provenientes de Portugal (um por cento).

Donativos

As transferências oficiais correntes e de capital diminuíram 67 por cento em termos homólogos no terceiro trimestre, devido, sobretudo, à diminuição dos donativos recebidos pelo Governo Central (73 por cento).

Balança Financeira

A balança financeira registou um excedente de 1.811,6 milhões de escudos no terceiro trimestre de 2018, que compara ao défice de 599,6 milhões registados no terceiro trimestre de 2017. A redução da dívida pública externa, em 3.491,3 milhões de escudos, determinou o comportamento da balança financeira, não obstante a redução dos ativos externos dos bancos, em 3.254,7 milhões de escudos.

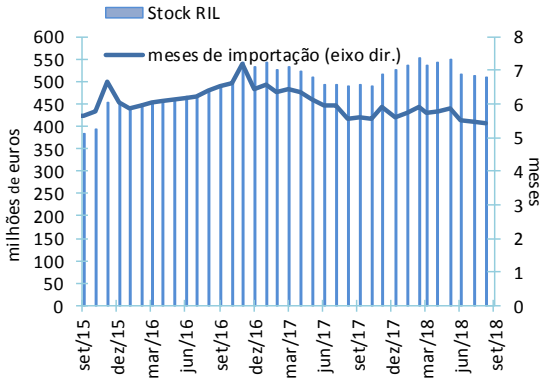


Investimento Externo

O investimento direto estrangeiro realizado em Cabo Verde no terceiro trimestre de 2018 fixou-se nos 2.023,5 milhões de escudos, inferior, em 249,2 milhões de escudos, ao montante registado no terceiro trimestre de 2017. A evolução homóloga menos favorável dos investimentos no país resultou da queda dos investimentos de emigrantes, em 283,1 milhões de escudos, e da diminuição das participações em ações e outras participações de capital em 42,5 milhões de escudos. Os investimentos imobiliários, entretanto, aumentaram em 24,7 milhões de escudos. Os investimentos realizados em ações e outras participações de capital destinaram-se, sobretudo, aos sectores do turismo e da imobiliária turística (52,3 por cento do total) e às ilhas de Santiago e do Sal (53,8 por cento e 20,6 por cento do total respetivamente). O capital proveio, principalmente, de Portugal (23,1 por cento) e do Reino Unido (3,9 por cento).

Reservas Externas

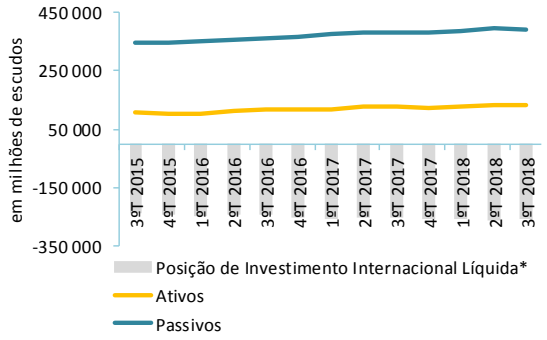
A 30 de setembro de 2018 o stock das reservas internacionais líquidas do país fixou-se em 509,6 milhões de euros, permitindo garantir 5,4 meses das importações de bens e serviços projetadas para 2018.



Posição de Investimento Internacional

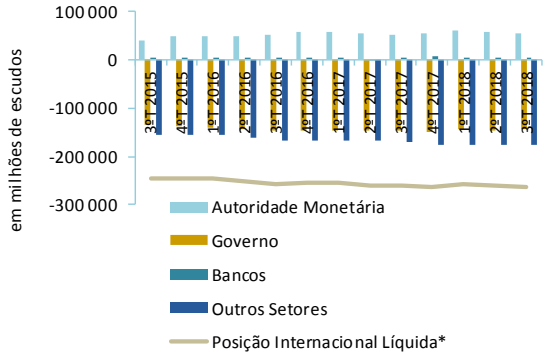
O défice financeiro do país face ao resto do mundo ascendeu a 263.566 milhões de escudos no terceiro trimestre de 2018.

A posição externa devedora de Cabo Verde registou um agravamento de 1.809 milhões de escudos no terceiro trimestre face ao segundo trimestre, passando a representar 144 por cento do PIB projetado para 2018. Face ao período homólogo, a posição deficitária de investimento internacional agravou-se em 2.924 milhões de escudos.



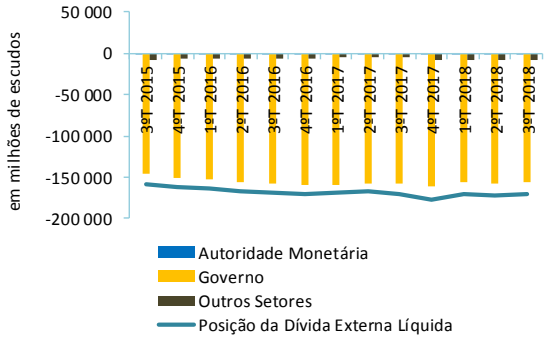
(*) ativos - passivos

Por sector institucional, a autoridade monetária e os outros sectores foram os que mais contribuíram para o aumento do défice externo do país, com a redução da posição excedentária da autoridade monetária em 4.278 milhões de escudos e o aumento da posição deficitária dos outros sectores em 223 milhões de escudos. Por seu turno, a posição externa positiva dos bancos comerciais totalizou um aumento de 1.061 milhões de escudos.



(*) ativos - passivos

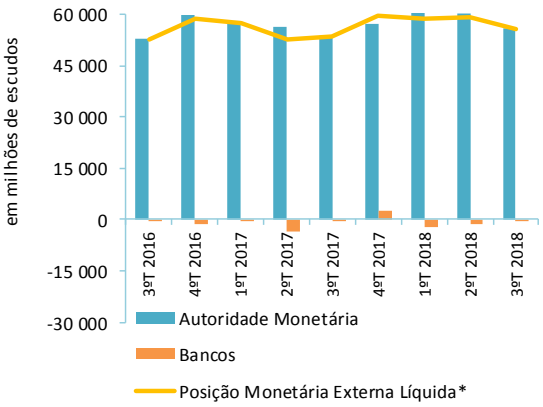
A posição da dívida externa líquida do país (créditos comerciais e empréstimos financeiros públicos e privados) fixou-se nos 170.224 milhões de escudos negativos (cerca de -1.544 milhões de euros), correspondendo a dívida externa do Estado de Cabo Verde a 91 por cento do total. A posição da dívida externa líquida dos bancos e outros sectores fixou-se nos 14.607 milhões de escudos negativos (11.964 e 14.574 milhões de escudos negativos, respetivamente, no trimestre homólogo e no segundo trimestre de 2018), representando nove por cento do total da dívida externa líquida.



(*) ativos - passivos

A posição monetária líquida excedentária fixou-se nos 55.721 milhões de escudos no terceiro trimestre de 2018, permitindo cobrir cerca de 33 por cento do stock da dívida externa total do país. A redução dos ativos da autoridade monetária em 4.279 milhões de

escudos no terceiro trimestre foi determinada pela redução das reservas internacionais líquidas do país, que se fixaram nos 56.268 milhões de escudos em finais de setembro.



(*) ativos – passivos

Informações adicionais:

QUADROS ESTATÍSTICOS

Notas Concetuais e Metodológicas

As estatísticas do sector externo, da Balança de Pagamentos (BP) e da Posição de Investimento Internacional (PII), cobrem todas as transações realizadas entre entidades residentes em Cabo Verde (Governo, Autoridade Monetária, Sector Financeiro, Empresas, Organismos não Governamentais e Particulares) e não residentes.

De modo a garantir a comparabilidade das estatísticas, estas são compiladas de acordo com as normas do Fundo Monetário Internacional (FMI), expressas no Sexto Manual da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional.

A BP é um documento estatístico que agrega todas as informações de transações (fluxos) entre residentes e não residentes da economia nacional, usualmente, entre Cabo Verde e o resto do mundo.

São contabilizados a crédito os valores recebidos por unidades institucionais residentes, referentes a pagamentos efetuados por não residentes, e a débito são registados os valores pagos a unidades institucionais não residentes por parte de entidades residentes.

Uma unidade residente em Cabo Verde pode ser qualquer indivíduo, empresa, ou outra organização, normalmente domiciliado no país e cujo centro de interesse económico esteja em Cabo Verde.[2]

O momento de registo é o instante em que se cria, transforma, troca, transfere ou extingue o valor económico que é objeto da transação. No caso das importações e das exportações, o momento de registo é o momento em que os bens e serviços cruzam as fronteiras.

Todos os valores pagos e recebidos das transações entre residentes e não residentes são registados na balança de pagamentos em escudos cabo-verdianos.

As transações são valorizadas a preços de mercado (valor que o comprador paga ao vendedor, considerando todos os descontos, abatimentos e outros ajustamentos efetuados pelo vendedor).

Como principais categorias da balança de pagamentos têm-se:

1. Bens: regista os valores recebidos e pagos pela exportação e importação de bens;

2. Serviços: agrega os valores liquidados por conta de serviços prestados, *a* ou *por unidades* institucionais residentes em Cabo Verde, i.e., importação e exportação de serviços. Compreende a aquisição ou venda de serviços: de manufaturação ou transformação de bens; de manutenção e reparação de bens; de transporte; de viagens; de construção; de seguros e pensões; financeiros; relacionados ao uso de propriedade intelectual; de telecomunicação,

[2] Por ***centro de interesse económico*** entende-se o local no qual, ou a partir do qual, uma unidade realiza e pretende continuar a realizar operações e atividades económicas por um longo período de tempo (por um ano ou mais).

informática e informação; de pesquisa e desenvolvimento; de consultoria, de gestão de empresas e outros serviços empresariais diversos; relacionados com comércio; pessoais, culturais e recreativos; e serviços governamentais;

3. Rendimento primário: refere-se à compensação das unidades institucionais pela sua contribuição no processo de produção, pelo empréstimo de ativos financeiros e pelo arrendamento de recursos naturais para outras unidades institucionais;

4. Rendimento secundário: corresponde a transferências unilaterais, i.e., sem qualquer contrapartida, privadas, como por exemplo remessas de emigrantes em divisas e bens para uso corrente dos familiares, e públicas, como sejam donativos em dinheiro, em bens (alimentares, medicamentos, máquinas, equipamentos), em assistência técnica e bolsas de estudo, efetuados por outros governos, organizações internacionais não-governamentais e organização supranacionais (donativos oficiais);

5. Investimento Direto Estrangeiro: refere-se à participação (por pessoas singulares ou coletivas) no capital social de uma empresa residente da economia declarante por um investidor externo, que passa a deter pelo menos dez por cento do capital social da empresa residente, bem como o direito de voto nas decisões e estratégias de gestão da empresa;

6. Investimento de Carteira: participação (por pessoas singulares ou coletivas) no capital social de uma empresa residente da economia declarante por um investidor externo que detém menos de dez por cento do capital de uma determinada empresa residente e/ou detém títulos de dívida emitidos por uma entidade residentes;

7. Outros Investimentos: ativos e passivos financeiros externos (outros que não tenham características de investimento direto estrangeiro e de investimento de carteira) detidos por uma empresa (e pelas empresas nas quais tem investimento e exerce controlo), pelo governo, pela autoridade monetária, pelos bancos e indivíduos residentes na economia declarante;

8. Ativos de reserva: instrumentos financeiros que as autoridades monetárias dispõem para financiar ou absorver desequilíbrios de pagamentos entre o país e o resto do mundo. As reservas externas também poderão contribuir para o cumprimento das obrigações legais internas, podem ser utilizadas como garantia em empréstimos contratados com o exterior, sendo, então, importantes para a preservação da confiança na economia nacional.

A PII apresenta os saldos (*stock* ou posição) das disponibilidades e responsabilidades financeiras externas de uma economia, no final de um determinado período de tempo. A PII inclui, além das estimativas dos instrumentos negociados valorizados a preço de mercado, as variações da posição de cada instrumento devido a alterações cambiais, alterações de preços e a outras reclassificações.

Em termos estruturais, a PII distingue os ativos e passivos dos quatro tipos de funções de investimento da balança financeira, como sejam: investimento direto; investimento de carteira; ativos de reserva; e outro investimento.

Cobertura de Dados e Práticas de Compilação da BP e PII Cabo-Verdiana

As informações de registos de liquidações cambiais (do sistema de liquidação de transações internacionais-SNTI), complementadas com as estatísticas do comércio externo, com as informações recolhidas através dos inquéritos trimestrais a uma amostra que representa mais de 80 por cento do volume de negócios do país, bem como outros registos administrativos (nomeadamente do Ministério das Finanças, da Bolsa de Valores de Cabo Verde, do *Bank for International Settlements*), compõem as principais fontes de dados para a compilação das estatísticas do sector externo.

Os inquéritos de *stock* e exploratório (direcionado a empresas em início de atividade), realizados anualmente a uma amostra representativa de todos os setores da atividade económica, complementam as informações recolhidas para a compilação das estatísticas trimestrais.